



**4º Encontro Internacional de Política Social**  
**11º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:**  
**desafios à Política Social**  
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

---

**Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual.**

**SEXUALIDADE E GÊNERO: COMPREENDENDO A DIVERSIDADE SEXUAL PARA ALÉM  
DOS PAPÉIS SEXUAIS**

**Maicow Lucas Santos Walkers<sup>1</sup>**  
**Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira<sup>2</sup>**

**Resumo**

A definição dos papéis sexuais e de gênero é construída historicamente ao longo do processo de constituição e desenvolvimento das sociedades, procurando atender determinados interesses sociais, políticos e econômicos garantindo a reprodução das relações sociais a partir de um determinado modo de produção e reprodução das relações sociais. Ou seja, para compreender o gênero e a sexualidade é necessário apreendê-los a partir da dinâmica do real, suas contradições e antagonismos. Nesta perspectiva, gênero e sexualidade está intrinsecamente relacionada com as correlações de forças sociais no mundo do capital, onde se centrará nossa análise.

**Palavras-chave:** Gênero. Sexualidade. Diversidade sexual. Mundo do trabalho. Sociedade capitalista.

**SEXUALITY AND GENDER : UNDERSTANDING SEXUAL DIVERSITY BEYOND THE  
SEXUAL PAPERS**

**Abstract**

The definition of gender roles and gender is historically constructed throughout the establishment and development of societies process , seeking to meet certain social , political and economic interests ensuring the reproduction of social relations from a particular mode of production and reproduction of social relations . That is, to understand the gender and sexuality is necessary to seize them from the real dynamics, its contradictions and antagonisms. In this perspective , gender and sexuality is intrinsically related to the correlation of social forces in the world's capital, which will focus our analysis.

**Keywords:** Genre. Sexuality. Sexual diversity. World of work. Capitalist society.

**I. Introdução**

Para compreendermos como se configura as relações sociais e as diversas formas de conceber o gênero e a sexualidade e a definição dos papéis sociais a partir dessas

---

<sup>1</sup> Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) Campus Franca. Mestrando em Serviço Social pela UNESP/Franca. Especialista em Gestão de Organização Pública de Saúde – CEAD/UNIRIO. Membro integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS) e Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Dimensão Socioeducativa no Trabalho Social (GEDUCAS). Assistente Social no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) no município de Cássia (MG). E-mail: <maicow.assistentesocial@live.com>.

<sup>2</sup> Orientadora e Docente do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca. Membro do GT – Grupo de Trabalho da Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (PNE/ABEPSS). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS).

categorias e como elas determinam as relações sociais a partir do modo de produção capitalista, cuja lógica está materializada na propriedade dos meios de produção e na divisão sexual do trabalho, torna-se necessária analisá-las ao longo do processo histórico e suas particularidades a partir da sociedade capitalista. Esta perspectiva teórica já assinala o nosso posicionamento em defesa do aspecto ontológico do gênero e da sexualidade enquanto categorias sociais, políticas e econômicas em contraposição as teorias estritamente biológicas.

A estruturação do modo de produção capitalista, onde a racionalização do trabalho para a esfera produtiva e o alijamento do trabalhador dos seus instrumentos e do produto do seu trabalho, acarretará não somente uma determinada forma de acumulação de riquezas para a emergente burguesia enquanto classe social, mas também uma nova forma de sociabilidade mediada pelo capital e pela mercadoria enquanto mediadora das relações sociais. Dessa forma, torna-se necessária uma determinada forma de viver em sociedade onde os sujeitos sociais estejam submetidos aos interesses do capital.

Essa dominação perpassa e permeia toda a vida social em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, tornando-se necessária uma nova forma de viver em sociedade através da divisão social e sexual do trabalho. A nossa sociedade tende a reforçar os papéis sociais e a binaridade em relação ao gênero, procurando naturalizar essas relações, e isto tem-se intensificado com a globalização do capital. A globalização capitalista, que consiste no fenômeno de ampliação do mercado e das relações de produção para todo o território mundial associado ao processo de interdependência de mercados, não ocasiona homogeneização do trabalho, permitindo e intensificando as desigualdades sociais e de trabalho entre países, sexos, raças e gerações (HIRATA, 2002), esses processos não ocorre de forma integrada e pode aprofundar diferenças entre países, pessoas e grupos sociais bem como acarretar um permanente processo de exclusão e contribuir para a precarização do trabalho. (CHESNAIS,1996; SAGASTI, 1995, FRIGOTTO, 1998).

Assim é necessário realizarmos uma breve reflexão de como tem constituído a definição dos papéis de gênero e sexuais, principalmente a partir da sociedade capitalista, procurando garantir a (re)produção do seu modo de produção social, tendo como lógica a exploração e a dominação de uma classe que passa deter os meios de produção, em relação a outra que se vê obrigada a vender sua força de trabalho,

procurando garantir a sua sobrevivência. Nosso objetivo é entender a diversidade sexual na contemporaneidade a partir da forma como tem se configurado o gênero e a sexualidade ao longo do processo histórico, principalmente a partir das particularidades da sociedade capitalista.

A diversidade sexual é entendida na atualidade a partir dessas duas categorias sociais: “homem” e “mulher”. A partir delas, que são compreendidas as diversas e complexas formas de estar e de se relacionar no mundo a partir da sexualidade, entre as mais conhecidas são: heterossexualidade, homossexualidade (masculina e feminina), bissexualidade, transexualidade, Transgêneros, entre inúmeras outras. Todas essas formas, não dão conta de abarcar a gama da diversidade e complexidade das relações sexuais.

Abordaremos o percurso metodológico que percorremos a nossa análise para chegar ao objetivo proposto: (des)construir a concepção dos diversos conceitos relacionados a diversidade sexual, entendo a complexidade da sexualidade para além dos aspectos conceituais.

Inicialmente apresentaremos a concepção de gênero e sexualidade a partir dos estudiosos da temática. Esta breve análise, torna-se fundamental para apreendermos a sexualidade e o gênero a partir do próprio movimento histórico e das relações de poder que influem na determinação e no condicionamento dos papéis sexuais e de gênero e dos esteriótipos que sustentam as relações de produção e reprodução a partir da divisão sexual do trabalho, que dão legitimidade a sociedade capitalista e sua manutenção enquanto sociabilidade burguesa.

Posteriormente, resgataremos as relações ao longo do processo histórico, principalmente na Grécia e em Roma e como eram compreendidas e tomadas essas relações. Nosso objetivo é perceber que a homossexualidade e as outras formas de relações sexuais não é um fenômeno novo ou específico da sociedade contemporânea. Esse percurso histórico contribuirá para avançarmos na discussão em direção da tese aqui defendida: a compreensão da diversidade sexual a partir dos conceitos elucidados a partir das relações sexuais, ao mesmo tempo em que são fragmentadas e não dar conta de responder a complexidade das relações sexuais é uma forma de compreender a sexualidade contemporânea, pois ao inquirir a história percebemos que as relações homossexuais além de sempre existirem, não eram tomadas ou compreendidas a partir

dos aspectos conceituais que atualmente são considerados como paradigmas e naturalizados nas relações sociais, a partir da divisão sexual do trabalho.

### **Aspectos Teóricos e Conceituais de Gênero e Sexualidade: Alguns Breves Apontamentos**

O Século XIV e XV é marcado por um momento histórico de profundas transformações societárias, que diante das contradições do sistema feudal irão colocar em xeque o antigo regime e com ele a forma de organização social que dá sua sustentação. A sociedade medieval e o feudalismo, não correspondia aos interesses da classe emergente: a burguesia. Esta classe considerada revolucionária nesta primeira fase, potencializa as contradições do antigo regime e aglutina forças sociais para a sua superação. Aliada ao proletariado que neste momento não se constituía enquanto classe social impulsiona a revolução social em direção de uma nova sociabilidade, onde simplifica as relações sociais e aumenta os seus antagonismos e contradições. Se no antigo regime a sociedade era dividida em diversos estamentos: clero, nobreza, senhores feudais, camponeses e os servos; na sociedade capitalista, a divisão social caracteriza por duas classes sociais historicamente constituída: a burguesia que passa a deter os meios de produção e o proletariado que passa a vender sua força de trabalho procurando garantir a sua sobrevivência e reprodução social.

Os séculos XIV e XV vão encontrar, [...] o feudalismo imerso em graves crises, de um lado decorrentes da intensa difusão das transações monetárias em seu interior e de outra da desintegração da estrutura feudal em função do amadurecimento de suas próprias contradições internas. Com o desenvolvimento do capitalismo mercantil, sobretudo a partir da primeira metade do século XV, as relações de produção no campo são invadidas pela variável comercial, as trocas se tornam cada vez mais complexas, pois passam a ter como objetivo a acumulação da riqueza e o lucro. A separação entre camponeses e a terra, entre produtor e os meios de produção, vai infiltrando-se sorrateiramente, fazendo-se acompanhar de seu habitual corolário, **a divisão social do trabalho**. (MARTINELLI, 2007, p. 31, grifo nosso)

Conforme nos coloca Martinelli (2007), a sociedade capitalista está assentada na divisão social do trabalho, e nela podemos compreender a divisão entre os papéis sociais, que se torna necessária para garantir a reprodução da lógica da sociedade capitalista, que se caracteriza pela propriedade privada dos meios de produção. Seu modo de produção se configura pela apropriação pela burguesia dos meios de produção,

separando aquele que produz dos seus instrumentos e meios de trabalho. Ou seja, a divisão social do trabalho é um fenômeno histórico, necessário para garantir o processo de acumulação capitalista.

Para compreender o gênero enquanto categoria social torna-se fundamental apreendê-la na dinâmica do real. Os papéis sociais e a função social atribuída aos sujeitos sociais é crucial para o processo de produção capitalista. Desta forma, a divisão social do trabalho pode ser entendida (numa perspectiva de totalidade) como a divisão sexual do trabalho.

Atentaremos-nos a essa discussão mais adiante, quando trataremos das transformações nos papéis sociais e de gênero ao longo do processo histórico. Onde centraremos nossa análise, no surgimento da sociedade capitalista. Destacaremos, mesmo que brevemente, os aspectos conceituais para a compreensão da sexualidade do gênero enquanto categorias, históricas, sociais, políticas e culturais. Essas dimensões são ontologicamente inerentes a compreensão da sexualidade e do gênero.

São históricas, pois conforme mencionado anteriormente, sua compreensão e a forma como se materializa nas relações sociais vão se metamorfoseando ao longo do processo histórico. São sociais, pois se dão nas relações sociais a partir de uma determinada forma de organização social assentada em um determinado modo de produção. E são políticas, pois são através delas que mantêm essas determinadas formas de organização social que garantem a reprodução das relações de poder e de dominação; e ao mesmo tempo, possuem as condições fundamentais para a libertação do homem. Ou seja, são categorias dialéticas, onde seu movimento se materializa a partir das contradições da própria sociedade. Reprodução/superação, positividade/negatividade, fazem parte do mesmo processo.

Para sustentar nossa análise, Foucault (1993), coloca que o dispositivo sexual é um importante instrumento da sociedade disciplinar, que tem como objetivo regular as relações sociais, procurando garantir sua reprodução social através do “bio-poder”, onde o sexo é um importante mecanismo que permite o acesso à vida do corpo quanto à vida da espécie, permitindo a regulação dos corpos sociais, tanto nos aspectos individuais, quanto do comportamento da população, considerado o corpo político.

Apresentaremos uma breve compreensão sobre a sexualidade diante dos limites do presente trabalho. Mas é importante destacar, que a sexualidade é um fenômeno complexo e que se agrava diante de ser um tema pouco discutido, ficando reservado ao

espaço privado, sendo considerado um tabu na sociedade atual. Essa condição da sexualidade, do seu interdito, o que não pode ser dito, é um importante mecanismo de poder que garante a reprodução das relações de dominação na sociedade atual.

O seu interdito contribui para que o homem conheça a sua sexualidade e a desenvolva, contribuindo para que se mantenha o *status quo* em torno da sexualidade, permitindo que se perpetue relações machistas, patriarcais e sexistas, que são mecanismos necessários para a reprodução das relações sociais de produção, garantindo a efetividade da força de trabalho a partir da sua divisão sexual. A sexualidade, segundo Foucault é fenômeno histórico: “Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder tenta pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um **dispositivo histórico**” (FOUCAULT, 1993, p.100, grifo nosso).

Para o autor, a sexualidade na modernidade expressa um processo, onde o resultado é uma nova configuração de poder que procura expressar a real verdade sobre o corpo. Dessa forma, a história da sexualidade para Foucault é a história dos discursos da sexualidade, onde é construída um corpo de conhecimento – aqui refere-se ao conhecimento científico, dos cientistas da sexualidade, que procura conhecer a “verdade” sobre o sexo, que procura normatizar a forma como conhecemos e temos acesso ao corpo.

Assim a sociedade moderna não procura o seu interdito, pelo contrário, o transforma em um mecanismo de poder, procurando o seu incitamento através do discurso, fazendo parte do um complexo instrumento de controle sobre os indivíduos. “O dispositivo da sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 1993, p.101 *apud* LOURO, 2000, p. 35).

Assim o gênero e a sexualidade são construções históricas e que, ao longo do processo de constituição e desenvolvimento das sociedades, e dos mecanismos de dominação e de apropriação do homem e da natureza, entre elas a ciência, tornou-se necessário um controle sobre o corpo e sua sexualidade, procurando direcioná-la para os interesses políticos e sociais: o controle da reprodutividade, das práticas sexuais, das identidades de gênero e a definição dos papéis sexuais procurando garantir a reprodução da sociabilidade capitalista. Apesar de não aprofundarmos nossa análise a esses

aspectos, torna-se necessário percebemos que a sexualidade, assim como o gênero, refere-se a uma construção social, assim como nos coloca Louro (2000, p. 5), diferenciando gênero, sexualidade, e identidade de gênero:

Muitos consideram que a sexualidade é algo que todos nós, mulheres e homens, possuímos "naturalmente". Aceitando essa idéia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política ou a respeito de seu caráter construído. A sexualidade seria algo "dado" pela natureza, inerente ao ser humano. Tal concepção usualmente se ancora no corpo e na suposição de que todos vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma. No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (LOURO, 2000, p. 5).

Foucault (1988), considera a sexualidade como um dispositivo histórico, que se constrói na realidade social que a partir de diversos discursos que o regula, o normatiza, o manipula, instaura saberes e produzem “verdades” em relação ao corpo e o sexo. Para o autor, o dispositivo se caracteriza, numa perspectiva de totalidade, a própria produção da vida social, da estrutura material que compõe o mundo dos homens:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] o dito e o não-dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (FOUCAULT, 1993, p. 244).

Podemos dessa forma, considerar que a sexualidade caracteriza-se pela interrelação entre a subjetividade humana e a sociedade, que se configura como a nossa individualidade, que nos diferencia frente aos demais seres humanos. Esta subjetividade condicionará a forma como o homem se identifica com o outro e se reconhece enquanto sujeito histórico, político e social. A subjetividade também condicionará a forma como o homem se identifica enquanto membro de um determinado grupo social, aceita ou não

determinados valores, crenças e normas emanadas pelo coletivo. A subjetividade é algo inerente ao ser humano e perpassa de forma transversal pela sua constituição no mundo. Dessa forma, o homem é um ser histórico, social, político, que se relaciona com a natureza e com os outros homens de acordo com sua subjetividade que é uma construção social, mediada pelos outros complexos sociais a partir de um determinado modo de produção que ora determina, ora condiciona as relações sociais.

Segundo Marx, o homem é sujeito de sua história, mas ele não a faz como quer, de forma deliberada, mas sim, através de condições objetivas, concretas herdadas e aquelas que estão postas no processo histórico. O homem é produto da própria história, sua consciência individual e coletiva é construída historicamente a partir de condições herdadas ou postas, no mundo do trabalho.

O gênero também se configura como uma construção social. Scott (1995), em sua obra *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, nos adverte-nos que procurar uma concepção, um sentido para as palavras, lutam por uma causa perdida, pois as palavras assim como as ideias e as coisas estão em constante movimento pois são dotadas de historicidade. Dessa forma, acreditamos que definir as diversas formas de relacionar em determinados conceitos fragmenta e simplifica as relações sexuais que são complexas.

Mas ter um determinado referencial ou conceito não é um aspecto somente negativo. Os referenciais permite percebermos as diferenças e se identificar enquanto membro de um determinado grupo social, contribuindo para a construção da identidade do sujeito em sua singularidade e em sua pluralidade (enquanto membro de um determinado coletivo). A problemática das diferenças na sociedade atual, é que o diferente é discriminado não é aceito, já que não se enquadra em um padrão, considerado como o “normal”. A diferença sempre é tratado de forma desigual, está relacionada com a própria constituição da sociedade capitalista.

Para Scott (1995, p. 7), “[...] o gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres”. Sendo uma categoria histórica, a forma como são atribuídas os papéis sociais estão em constante movimento, procurando responder a determinados interesses. O gênero não é uma categoria estanque, não é um conceito fechado em si mesmo, as formas como são entendidas o que é ser homem e ser mulher na contemporaneidade e principalmente a partir da sociedade capitalista é oriundo do



processo histórico de constituição da lógica dessa sociedade e do seu modo de produção. Assim, não se caracteriza como uma verdade a-temporal, biologicamente aceita e determinada dos papéis sociais. “O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana”. (SCOTT, 1995, p. 23)

A autora ainda complementa:

O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Apesar do fato dos(as) pesquisadores(as) reconhecerem as relações entre o sexo e (o que os sociólogos da família chamaram) “os papéis sexuais”, estes(as) não colocam entre os dois uma relação simples ou direta. O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade. (SCOTT, 1995, p. 7)

O gênero e o sexo estão intrinsecamente imbricados e, conforme nos coloca a autora, o gênero é importante para compreender os papéis e as relações sociais e nelas, o sexo e sua relação com os papéis sexuais. O gênero subtende-se o sexo, mas o sexo não determina diretamente a sexualidade, mas sim a gama das relações sociais, político e econômicas que estão vinculadas com a questão do gênero.

Após essas breves considerações, procuraremos compreender as relações homossexuais ao longo do processo histórico e como estes tipos de práticas são encaradas por cada pensamento de uma determinada época. Abordaremos a homossexualidade, principalmente a masculina para analisar os aspectos conceituais. Apesar do nosso objetivo não ser a análise das relações homossexuais, ela contribuirá para apreendermos a mudança nas diversas formas de compreender a diversidade sexual. Partimos desse recorte metodológico para podermos percorrer o nosso objetivo, já que abarcar as diversas formas de se relacionar sexualmente é uma tarefa complexa que não conseguiremos nos limites do presente trabalho. Afinal pensar o gênero na contemporaneidade é fundamental levarmos em consideração as diversas formas de ser e de estar no mundo, de se identificar a partir do sexo, sua identidade de gênero e sua condição sexual.

## **Aspectos Históricos das Relações de Gênero e Sexuais: Alguns Elementos para Análise e sua particularidade na Sociedade Capitalista**

A prática homossexual, aqui tomada como a relação entre duas pessoas do mesmo sexo é considerada como uma das práticas mais antigas e naturais, presentes em diversas civilizações e organizações sociais. Em algumas delas a relação homossexual era considerada como um ritual de grande importância de muitas civilizações para passar de uma determinada fase de transição no momento da vida de um membro de uma determinada tribo. Segundo Spencer (1999) a prática homossexual ritual era exercida com o objetivo de iniciação entre jovens de 12 e 13 anos de determinadas tribos pelos seus tios paternos. Onde considerava que o esperma do tio era fundamental para se tornarem fortes. Esse ritual era utilizado para passar da fase da infância para adulta.

Na Grécia Antiga as práticas homossexuais eram expressas em obras teatrais. Segundo Dias (2000, p. 24-25) “[...] existiam manifestações homossexuais nas representações teatrais, em que os papéis femininos eram representados por homens transvestidos de mulheres ou usando máscaras com feições femininas”. Lembramos que nesta civilização, a mulher não tinha representatividade política, sendo que elas eram consideradas sem nenhuma base para educar os filhos homens. Sendo que a passagem do filho para a fase adulta era iniciada por um homem mais velho e que tinha o dever de educar o filho, tendo o total consentimento da família, que o escolhia e também tinha que ter a aceitação do jovem que o ajudaria nesse processo de aprendizado, onde o jovem se submetia como uma mulher ao homem mais velho que tinha a tarefa de educá-lo. Essa relação era mantida dos 12 aos 18 anos, considerada a fase do que é compreendida atualmente como a adolescência. O jovem se tornava adulto a partir dos 25 anos.

Após se tornarem adultos, o jovem poderia assumir o papel ativo na relação e escolher outro menino para iniciar no ritual de iniciação para a fase adulta. Sendo habitual que o adulto somente pudesse se casar depois de iniciar um menino à fase adulta. A prática homossexual entre homens da mesma faixa etária era proibida, pois considerava-se que o homem assumir um papel passivo, não era considerado como verdadeiro homem. A postura de passividade era reservada aos escravos, as mulheres e aos jovens que estavam em um plano inferior na sociedade.

Em Roma, apesar das influências da cultura grega, o império romano apresentavam algumas divergências em relação à Grécia. O relacionamento entre um romano e jovem não era aceito, sendo que tal prática era punido com multa, apesar que era comumente praticada. Já a relação entre um cidadão romano e um escravo era permitido, lembrando que o escravo não era considerado como ser humano. Em relação ao homem manter uma postura passiva, também era punido, como na Grécia. Uma diferença crucial desse tipo de relação com o da Grécia, é que tal postura não era totalmente recriminada. Sendo valorizado a virilidade. Existem relatos históricos que Júlio César mantinha relações na condição de passivo com Nicomedes. Mas Júlio César era famoso por ser conquistador de mulheres, entre elas destaca-se a rainha Cleópatra. Essa fama se destacava em relação ao ato de passividade praticada com o rei Nicomedes.

A mudança em relação a prática homossexual em Roma ocorre uma mudança a partir do rei Justino que passa a condenar a relação, considerando-a contra a aceitação de Deus. Os praticantes eram condenados a fogueira e a castração.

Em outras civilizações a relação homossexual são bem aceitas. Na Índia, onde predomina o politeísmo. Os deuses eram considerados em sua maioria bissexuais, travestidos, hermafroditas e aqueles que mudavam de sexo. A relação sexual na Índia não era realizada somente com o objetivo da procriação, mas também como uma forma de poder e de prazer, sendo permitida relação homoafetivas. O prazer também estava relacionada a prática espiritual, sendo uma forma de compreender os enigmas de seus deuses.

Na China os imperadores permitiam e incentivavam as práticas homoafetivas. Os imperadores tinham aqueles que eram considerados favoritos, na qual mantinham relação sexual. Posição esta que vários gostariam de alcançar. A condenação das relações homossexuais começa com o surgimento e a influência do cristianismo que passou a punir e não aceitar as práticas consideradas estéreis, ou seja, aquelas que não eram praticas para a procriação.

Com o surgimento e o desenvolvimento da sociedade capitalista ocorre profundas transformações sociais, entre elas a definição dos papéis sociais: o que é ser homem e ser mulher e a necessidade de garantir a reprodução social. Emerge o sentimento de privacidade, a família volta-se para o espaço privado. Saffioti (2004, p.115), afirma nossa perspectiva teórica, ao afirmar que a constituição das classes

sociais é um fenômeno histórico, social e político que colocam diversas determinações sociais na busca de garantir a dominação e a reprodução social do modo de produção capitalista.

[...] as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no 'gênero' é introduzida pela emergência das classes. [...] Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. [...] Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa.

O homem passa ser considerado com o provedor, insere-se no espaço público, ficando por conta dos negócios, já a mulher fica responsável pelo cuidado com a família e dos filhos. Com o advento da propriedade privada, torna-se necessária novas configurações das famílias. Inicialmente essas transformações partem das famílias burguesas. O casamento monogâmico é um importante instrumento de garantia do processo de acumulação capitalista, permitindo que a herança fique dentro do núcleo familiar. O homem além de ser responsável pelo provento da família educa o seu filho (homem) para assumir os negócios. A mulher resta cuidar dos filhos, da casa e de promover a família.

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens que trabalham são, desde a infância e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mundo do trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho. (ANTUNES, 1999, p.109).

Desta forma, a dominação através do gênero se constitui como um dos pilares do processo de exploração e de reprodução da sociedade capitalista. Cujas características estão assentadas na heteronormatividade, no sexismo, na valorização do corpo, na desigualdade de gênero. Recriminando qualquer tipo de prática ou identidade que foge do padrão estabelecido. O diferente na sociedade capitalista se torna desigual e passa a ser relegado à marginalidade.

Dessa forma, a constituição do gênero e suas particularidades são produtos históricos, constituído nas relações sociais entre os indivíduos a partir de uma determinada conjuntura sociopolítica, econômica e social ou seja, um determinado modo de produção da própria vida em sociedade, que criarão também suas formas de resistências e de lutas, em busca de maior representatividade e legitimidade e de

inclusão das diversas formas de ser e de estar no mundo, da diversidade sexual e de gênero.

A lógica da sociedade capitalista está permeada por contradições diante dos antagonismos das classes sociais, que estão em

Não aprofundaremos nestas questões. Essa breve análise histórica é importante para percebermos que as práticas homossexuais, nem sempre foram condenadas, sendo realizadas de inúmeras formas, e até incentivadas por determinadas civilizações e sociedades. Também percebemos que, a forma como é apreendida na contemporaneidade trata-se de um fenômeno histórico. Ou seja, a forma como as diferenças são tratadas foram construídas historicamente, assim como a concepção em relação as diferenças. Os conceitos que hoje diferenciam homens e mulheres e a diversidade sexual, não é algo natural e a-temporal mas construídos ao longo da história. a diferença como algo desigual que foge a norma do que está posto, é próprio das sociedades disciplinares, e se potencializa na sociedade capitalista.

### **Considerações Finais**

Nosso objetivo aqui foi tratar a questão da diversidade sexual para além dos conceitos de gênero, procurando compreendê-la numa perspectiva de totalidade. Percebemos que o gênero e a sexualidade são categorias históricas, intrinsecamente relacionadas e reproduzem determinadas formas de relação social e estão intimamente relacionadas com a questão do poder. Essas duas categorias são importantes para analisarmos como tem se configurado a questão da sexualidade e dos papéis sexuais ao longo do processo histórico.

Destacamos que a diversidade sexual como algo diferente e tomado como desigualdade se intensifica a partir da sociedade capitalista, sendo que muitas outras civilizações incentivavam as relações homoafetivas. Também ressaltamos e a concepção da diversidade sexual em torno dos conceitos elucidados é algo contemporâneo, mesmo nas civilizações onde as práticas homoafetivas ou bissexuais eram aceitas, não eram concebidas como na atualidade. Acreditamos que analisar esses aspectos historicamente são fundamentais para desmitificar os preconceitos e os estereótipos em torno da sexualidade.

## Referências

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999
- BARBIERI, T. Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico metodológica. Trad. Antonio Lewinsky. **Revista Interamericana de Sociologia**, México, ano 6, n. 2-3, maio/dez. 1992.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Renato Aguiar (tradução). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DIAS, M. B. (2000). **União homossexual**: o preconceito & a justiça. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
- FRIGOTTO, G. “A educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural”. In: SILVA, Luis Heron (org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: A vontade de saber. 18. ed. Traduzido por Maria Thereza da Costa Albuquerque *et al.* V. 1. São Paulo: Graal, 2007.
- HIRATA, H. “Reorganização da Produção e transformações do trabalho: uma nova divisão sexual?” In: BRUSCHINI, Cristina; UNDEHAUM, Sandra G. (orgs.). **Genêro, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC; 34, 2002. p. 339-355.
- LOURO, G. L. (organizadora). **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MARTINELLI, M. L. **Serviço Social**: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 2007.
- MARX, K. E., F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PRADO, M. Aurélio M. MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Preconceitos n. 5).
- ROUGHGARDEN, J. Homossexualidade como traço adaptativo. **Revista Mente e Cérebro**, São Paulo, ano 15, n. 185, p. 50-55, 2008.

SAFFIOTI, H.I. B. Rearticulando gênero e classe social. *In*: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

\_\_\_\_\_. **O poder do macho**. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1991.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SOUZA, L. L. de. A construção de modelos e sua problematização no contexto escolar. *In*: ARAUJO, Maria de Fátima; MATTIOLI, Olga Ceciliato (orgs). **Gênero e violência**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

SPENCER. C. **Homossexualidade**: uma história. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TREVISAN. J. S. A voz do desejo: entre a autonomia e cooptação. *In*: GOLIN, Célio; WEILER, Luis Gustavo (org.). **Homossexualidades, cultura e política**. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 164 – 205.

TRINDADE. R. Significados sociais da homossexualidade masculina na era AIDS. **Cadernos AEL**, v. 10, n. 18/19, 2003.

UZIEL. A. P. **Família e homossexualidade**: velhas questões, novos problemas. Tese (Doutorado)-Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

VENTURA, D; REIS, R. R. Direitos humanos: um estorvo para a esquerda? **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, edição 66, 7 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1338>> Acesso em: 20 abr. 2014.